

Entre a Reforma e a Contrarreforma do Neoliberalismo: a literatura e os espaços ruinosos da memória ditatorial

*Emerson Pereti*¹

Resumo: Com base em aportes teórico-críticos sobre alegoria, heterotopia, memória e linguagem, são estabelecidas, neste artigo, algumas considerações sobre a representação literária de cinco espaços particulares que refletem, a sua vez, uma relação conceitual com eventos vividos nas últimas duas décadas em países do Cone Sul Americano. Mediante a leitura de algumas cenas literárias focadas nesses espaços, busca-se um expediente para promover outras possibilidades de leitura de certas manifestações mnemônicas e políticas do passado-presente ditatorial, circunscritas aqui entre a reforma do neoliberalismo, da primeira metade do século XX, e a emergência de forças reacionárias contrarreformistas na década seguinte.

Palavras-chave: Literatura. Espaço. Memória. Ruínas ditatoriais.

Espacio. Gran espera.
Nadie viene. Esta sombra.

Darte lo que todos:
significacioanes sombrías,
no asombradas.

Espacio. Silencio ardiente.
¿Qué se dan entre sí las sombras?

Alejandra Pizarnik

1 Doutor em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Docente do Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História e membro do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. E-mail: emerson.nix@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5781-625X>.

O movimento pendular das políticas da memória e do esquecimento em relação à catástrofe ditatorial no Cone Sul Americano tem seguido uma intrigante simetria temporal à medida em que se alternam, nos países da região, diferentes projetos de poder sobre o espólio neoliberal herdado dos antigos regimes. No começo da década de 1990, seguindo à risca o modelo imposto à força nos anos antecedentes, a dita redemocratização se apresenta na *Concertación* neoliberal chilena; no *Neoliberalismo Maravilhoso* de Menem, na Argentina, e de FHC, no Brasil; na submissão ao Consenso de Washington; na alternância conservadora entre Brancos e Colorados uruguaiois, bem como na maquiagem democrática dos eternos Colorados, no Paraguai. Essa constante se altera no início da seguinte década, especialmente a partir do ponto epocal 2001/2002, que marca o colapso econômico argentino. Nesse momento, em particular, há uma aparente reconfiguração do neoliberalismo local, marcada pela ascensão de forças progressistas de viés social-democrata antes mitigadas pelo poder ditatorial excedente. São exemplos disso as eleições de Luíz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002; de Néstor Kirchner na Argentina, em 2003; da Frente Ampla uruguaia, com Tabaré Vasquez, em 2004; de Michelle Bachelet no Chile, em 2005, e, finalmente, da Frente Guazú paraguaia, sob Fernando Lugo, em 2008. Também obedecendo a uma dinâmica de década, o pêndulo volta a oscilar para a direita, agora tendo como marco o ano de 2012, justamente com o golpe institucional no Paraguai, que pôs por terra a primeira alternativa à hegemonia colorada imposta há mais de meio século pela ditadura stronista. O ponto de inflexão da contrarreforma neoliberal envolve também o golpe contra a presidenta Dilma e a farsa jurídico-midiática que se estendeu a ela; a ultra-acumulação capitalista dos governos Macri, Piñera e Cartes; o retorno dos saudosos neoliberais uruguaiois, ou, ainda, a irrupção do necroliberalismo brasileiro sob Bolsonaro.

Conforme oscila, o pêndulo traz reincidentemente o passado

ditatorial de volta ao presente, sempre ressignificado diante de novas dinâmicas criadas sob o poder institucional vigente. Como aconteceu nos anos de reforma, quando houve um significativo processo de revisão crítica do passado autocrático e a implantação de diversas políticas de reparação², ou durante os anos de contrarreforma da última década, com o recrudescimento das políticas neoliberais conjugadas a um crescente reacionarismo nacionalista, religioso e nostálgico dos tempos totalitários. Em contraposição às mudanças da década anterior, esse ímpeto contrarreformista se deu de diferentes formas nos países da região, ora apelando a um esquecimento passivo, cujo sucedâneo seria novamente a mercadoria, como na Argentina de Macri ou no Chile de Piñera, ora enaltecendo o empreendedorismo da antiga via despótica, como no Paraguai de Cartes e Benitez. Em alguns casos, como no Brasil, ele chegou a incitar um nacionalismo nazifascista que esteve muito próximo de promover um Golpe de Estado, novamente sob a guarda do deus cristão, dos valores da “família tradicional” e das sempre vigilantes forças armadas. Em uma longa espera pela justiça, muitos de nós, condenados a acompanhar esse balanço isócrono da memória ditatorial, parecemos obstinados a reinterpretar continuamente seus silêncios ardentes, seu rastro sujo na esteira dos anos, suas tantas significações sombrias.

Imbuído dessa ideia, pretendo aqui analisar brevemente algumas expressões literárias publicadas nesse período de ensaio reformista entre

2 Nessa época, por exemplo, são criados inúmeras políticas de revisão do passado ditatorial nos cinco países da região. No Chile, a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, também chamada de Comissão Valech (2003), ampliou e aprimorou os trabalhos da Corporação de Nacional de Reparação e Reconciliação que havia sido promulgada em 1992, mas ainda enfrentava os entraves da lei da anistia decretada ainda sob Pinochet. Nesse mesmo ano, o congresso argentino, por meio da Lei 25.779, declara a anulação das infames leis Ponto final e Obediência devida, que mantinham na impunidade inúmeros crimes cometidos por agentes da ditadura. Implantada entre os anos de 2004 e 2008, a Comissão da Verdade e Justiça do Paraguai investigou, pela primeira vez, as atrocidades cometidas pela ditadura de Strossner, a mais longa da América Latina (1954-1989). No Uruguai, após décadas de revezamento de poder entre Brancos e Colorados, o triunfo da Frente Ampla possibilitou a criação, em 2009, da Lei 18.596, que responsabiliza o Estado Uruguai pelas práticas sistemas de violação dos direitos humanos empreendidas pelo regime ditatorial entre 1968 e 1973, assim como reconhece o direito a reparação por parte das vítimas. Sempre atrasado em relação a seus vizinhos no que concerne a essas questões, o Brasil entrega, apenas em 2014 (quase 30 anos depois da publicação do Projeto Brasil: Nunca Mais), o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, formulado no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Trabalho extremamente importante, mas sem poder punitivo, o relatório de 2014 se mantém refém das intocáveis leis da anistia que protegem os crimes cometidos pelos agentes ditatoriais no país.

2002 e 2012, usando-as como uma espécie de chave de leitura para entender certos eventos emblemáticos de nosso presente imediato. Em decorrência de sua densidade factual, tais eventos, como pretendo demonstrar por meio de um paralelismo com a literatura, têm uma grande força latente; algo deveras capaz de redimensionar a memória coletiva sobre a experiência ditatorial nesta parte de mundo. Para isso, escolhi cinco espaços descritos ficcionalmente, que representam, para usar a metáfora de Foucault (2015, p. 432), “uma espécie de superfície retroativa na qual se refletem diferentes momentos históricos” determinados aqui pela experiência ditatorial. Tais espaços, vistos através dos mecanismos de representação e ressemantização literária, revelam certos projetos de poder e subseqüentes políticas de memória e esquecimento em relação a ela. Entre eles estão: o *shopping center*, a rua, o supermercado, o estádio de futebol e o hospital. Sondando esses espaços ruinosos da memória ditatorial em textos de Eduardo Galeano, Diamela Eltit, Bernardo Kucinski e Martin Kohan, recorro mais uma vez à literatura para tentar ler, em meu presente, alguns significados desse pesado legado histórico deixado pelas ditaduras. Como mais uma das forçadas ausências impostas por essa catástrofe, quero acreditar que também esses significados se preservam, ainda, em constante estado de latência, esperando por alguma justiça.

O shopping center

Há um conto de Eduardo Galeano chamado “La puerta”. Nele, um ex-presos político descobre, em uma loja de quinquilharias, a porta da cela onde havia estado em seu tempo de confinamento. Essa porta, que guardava tantas marcas do tempo de prisão e mapas imaginários de prisioneiros políticos, assim como as de tantas outras celas, foram parar aí, conta o narrador: “quando a prisão se converteu em shopping center. O centro de reclusão passou a ser um centro de consumo e já suas celas

não encerravam gente, mas trajes da Armani, perfumes da Dior e vídeo da Panasonic”³ (GALEANO, 2013, p. 310). Provavelmente Galeano se referia ao exemplo paradigmático do *shopping center* de Punta Carretas, em Montevideú, convertido em emblema da passagem violenta do Estado ao Mercado imposta pelas ditaduras. Situado em uma das regiões mais nobres da cidade, entre as ruas José Ellauri e Solano García, próximo ao Sheraton Hotel e ao restaurante MacDonal’d’s, Punta Carretas é um dos pontos mais badalados da capital. Esse edifício histórico, agora transformado em centro de compras, se distingue dos demais – segundo informações no site oficial do estabelecimento – “por ser um centro comercial de nível internacional, premiado por sua proposta arquitetônica”⁴. Em seu interior, no entanto, Punta Carretas não deixa de ser bastante similar a muitos outros *shopping centers* construídos nas grandes cidades latino-americanas nas últimas décadas. O vão central, que permite a visão livre do conjunto de opções de compra em cada andar; os corredores suspensos que circundam esse espaço morto, prendendo o indivíduo entre a mercadoria e o salto no vazio; as escadas rolantes dispostas em pontos laterais que obrigam os atônitos consumidores a percorrer longos espaços em cada andar até um ponto fechado, que parece incidir, como um jogo holográfico, sempre sobre o retorno, são algumas dessas características. Completam a imagem o elevado arco central que dá a impressão de grandiosidade, imponência, triunfo; o domo aberto em grandes estruturas de vidro, criando um vínculo direto com o celeste e o divino, ou ainda a inalterada luz, que compõe a temporalidade artificialmente estanque do Mercado. Inclusive na solidão profusa de sua praça de alimentação, Punta Carretas é praticamente idêntico a qualquer outro desses espaços alegóricos do culto à mercadoria que têm se proliferado vertiginosamente em milhares de cidades latino-

3 cuando la cárcel se convirtió en shopping center. El centro de reclusión pasó a ser un centro de consumo y ya sus prisiones no encerraban gente, sino trajes de Armani, perfumes de Dior y videos de Panasonic. Todas as traduções para o português das diferentes obras analisadas foram feitas pelo autor do artigo.

4 Cf. em: <https://www.puntacarretas.com.uy>.

americanas, reformuladas tanto estética como espacialmente na passagem do neoliberalismo triunfante. Algo como o apogeu arquitetônico do que Benjamin já havia observado em suas outras *Passagens* (BENJAMIN, 2006) pelas galerias comerciais na Paris finissecular; o modelo da nova espacialidade na lógica cultural do Capitalismo Tardio, descrito por Jameson (JAMESON, 2004). Talvez um *Relativity*, um *Convex and concave*, ou outra edificação litográfica de Escher⁵ levada a cabo pela arquitetura do consumo, ou, de modo mais específico, um cárcere ruinoso ao estilo de Piranesi; (HUYSSSEN, 2014, p. 91-114). Um templo, como tantos outros, do que Benjamin já categorizou como a Religião do Capitalismo (BENJAMIN, 2013a).

No entanto, o que torna a *shopping* de Punta Carretas realmente especial – e daí talvez tenha vindo o prêmio por sua “proposta arquitetônica” – é o fato de ter sido construído (melhor seria dizer reformulado) sobre as instalações da antiga penitenciária de Punta Carretas, um espaço não apenas de confinamento de presos, mas um dos mais importantes centros de detenção, tortura e extermínio da última ditadura militar uruguaia. Construída em 1910, contando com quatro andares e 48 celas, a prisão se tornou célebre em 1931, quando um grupo de oito anarquistas fugiu cavando um túnel no local. Contudo, o que tornaria Punta Carretas ainda mais famosa foi a fuga espetacular de 106 militantes do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, incluindo o ex-presidente do país, José (Pepe) Mujica, em uma operação batizada pelos militantes de “El Abuso”, em setembro de 1971. Espaço simbólico da opressão político-militar e ao mesmo tempo símbolo material de luta contra ela, a antiga penitenciária de Punta Carretas transformou-se em emblema da transposição epocal da Ditadura ao Mercado. Como os templos católicos que se construíam sobre

5 As obras *Relativity*, de 1953, e *Convex and concave*, de 1955, assim como a maior parte dos trabalhos de Maurits Cornelis Escher, estão disponíveis em versão digital em: <http://www.mcescher.com/gallery/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

os antigos espaços espirituais dos povos americanos durante a conquista, como as igrejas evangélicas que se erguem agora sobre as antigas casas de reza de comunidades indígenas atuais, o *shopping* sobrepôs-se à prisão como em um palimpsesto de memória. Apaga-se assim um registro da experiência ditatorial e instaura-se, a partir de um espaço vazio, um horizonte de expectativa no qual é possível vislumbrar apenas a mercadoria. As antigas celas tornam-se lojas elegantes; os porões onde se praticava a tortura, estacionamentos; o espaço frio, úmido, escuro das celas agora é climatizado, arejado, iluminado pela abóboda aberta aos céus. Em outras palavras, para a passagem completa ao neoliberalismo, iniciada pelas ditaduras, transforma-se, em tempos ditos “pós-ditatoriais”, um espaço de memória em um espaço de esquecimento (PERETI, 2015). Não obstante, esse espaço, deglutido pelo inexorável maquinário do mercado, como lembra Hugo Achugar, não deixa de conservar seu *status* de prisão, com suas formas perversas de controle e disciplinamento (ACHUGAR, 2006, p. 310). Nesta área geocultural, no entanto, ainda marcada pela transição violenta do Estado para o Mercado posta em curso pelas ditaduras, há outros espaços de confinamento que mantêm os sobreviventes e suas memórias presos à própria temporalidade ditatorial.

O supermercado

No dia 1 de agosto de 2004, no bairro Trinidad, em uma região central da cidade de Asunción, a claridade do dia foi encoberta por uma fumaça densa e negra. A atmosfera calma, típica de uma manhã de domingo, encheu-se de gritos de dor e desespero. Um incêndio havia envolvido centenas de pessoas em uma das sedes da grande rede de supermercados Ycuá Bolaños. Hoje se sabe que a combustão de hulha e gordura em uma chaminé, por falta de limpeza e manutenção, iniciou um incêndio na seção do restaurante. Entretanto, o que tornou aquela manhã

de domingo uma das maiores tragédias dos chamados tempos de paz no Paraguai foram as funestas ações que se seguiram. Segundo testemunhas e vítimas, no momento do acidente, os seguranças, seguindo ordens dos donos do estabelecimento, fecharam as portas para que os clientes não saíssem com produtos sem pagar. O resultado, de acordo com o relatório final da tragédia: mais de 400 mortos, 6 desaparecidos, quase 500 pessoas feridas e mais de 200 órfãos. Assim como o interior do *shopping* de Punta Carretas – isso pelas antigas fotos que se podem ver pela internet – o supermercado de Ycuá Bolaños não passa de outra cópia arquitetônica da estética neoliberal dos *super ultra hiper mega max* supermercados. Seu interior não poderia ser diferente: os movimentos sem pressa nas prateleiras; o fetiche demorado das mercadorias – que, como dizia Adorno, advém de nosso esquecimento da exploração da força de trabalho de quem as produziu –; os corredores labirínticos entre os produtos; a luminosidade inalterável; a atmosfera aclimatada; o laborioso e repetitivo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras das gôndolas e caixas. Tudo isso como um *loop*, controlado pelo pan-óptico de monitores ligados aos olhos de aranha das câmeras de segurança, a se repetir, a se repetir no tempo inerte. Na temporalidade do mercado imposta pelas ditaduras, é engraçado perceber que, pelo menos para os que podem pagar, este ambiente, também similar a uma prisão, se converte em um espaço de liberdade quase plena. O incêndio que destruiu tantas vidas no supermercado de Ycuá Bolaños, justamente causado pela sovínice e ganância dos proprietários, fez virar este espaço pelo avesso mostrando suas vísceras ruinosas. No estado de latência entre o nome, traduzido do guarani, “Poço d’Água de Bolaños” – antigo catequizador jesuíta – e as imagens do inferno de fogo daquela manhã, parece haver tanto de história que, ao tentar narrá-la, também nossas palavras se convertem em fumaça. Sobre emblemas como esse, no entanto, a literatura do luto ditatorial por certo já havia ensaiado.

Lançado dois anos antes da tragédia de Ycuá Bolaños, o romance

Mano de obra, da escritora chilena Diamela Eltit, encena o supermercado como espaço alegórico da implantação do regime autoritário da mercadoria sobre uma sociedade que desaprendeu a pensar coletiva e revolucionariamente. Ao entrarmos na primeira parte do texto “El despertar de los trabajadores, Iquique, 1911” nos assalta, de imediato, o violento corte semântico entre os títulos e as respectivas histórias narradas. Essa é a primeira pausa reflexiva: o abismo de silêncios entre a alusão a periódicos proletários de época – “Verba roja, 1928”, “Autonomía y solidaridad, Santiago, 1924”, etc. –, e a voz narrativa de trabalhadores que descrevem uma rotina extenuante de medo, solidão, assédio e vigilância no universo insalubre de um supermercado no presente neoliberal. Nesse espaço, demarcado pelas prateleiras de mercadorias, as personagens não assumem nomes, sua identidade se define apenas pela desolação que suportam, pela mistura de medo e nojo dos clientes e pelo pavor do aparato repressivo do estabelecimento. Condenadas a reproduzir repetidamente um trabalho que não engendra nenhum significado, o tempo dessas personagens se esfacela e volta a se recompor no círculo ininterrupto de reposição da mercadoria. “No estoy doente (de verdad) mas me encuentro en una viagem de saída de mim mesmo. Ordeno una a una as maçãs. Ordeno una a una as maçãs. Ordeno una a una (as maçãs)”⁶ (ELTIT, [2002] 2011, p. 55). Comparados à narrativa, os títulos de cada capítulo operam alegoricamente como trabalho de luto pela coletividade perdida. A irrupção dos movimentos comunistas e anarquistas no Chile do começo dos anos 20, os desejos dos trabalhadores de construir, coletivamente, um futuro mais justo arrastam-se (em toda a sua eversão e decrepitude) agarrados à cena narrada. Esse ato desesperado do passado reordena o sentido do texto. Estira-se com força a pele do significante e o significado surge como história em carne viva. Houve um momento em que estávamos próximos de edificar um futuro

6 No estoy enfermo (en realidad) sino que me encuentro inmerso en un viaje de salida de mí mismo. Ordeno una a una las manzanas. Ordeno una a una las manzanas. Ordeno una a una (las manzanas)..

mais justo, e esse bolor inchado de injustiça e esquecimento nos afasta cada vez mais dele, preenchendo esse espaço com o entulho de mercadorias. Para manter sempre cheias as gôndolas desse supermercado, as vidas desses trabalhadores se esvaziam de vontade e de sentido.

Do mesmo modo atua o título da segunda parte, em que a imagem dos primeiros anos da Unidade Popular, de Salvador Allende, aparece como alegoria do luto, nos interstícios de uma narração que estende e compartilha os lamentos resignados da primeira parte. É o universo da casa, e os protagonistas agora são tratados pelos nomes Isabel, Gloria, Henrique, Alberto, entre outros. Mas o que se vê nesse espaço é a mesma desolação marcada pelo trabalho indigno e sem perspectivas no círculo de enfado do *súper*. O universo da casa se encerra no torpor causado pelo trabalho extenuante, os vícios do trabalho reincidem sobre o mundo fora dele. Aferradas a uma percepção de realidade na qual a expropriação de sua força de trabalho se configura como única expectativa de vida, as personagens de *Mano de obra* encenam, literariamente, um mundo determinado pelos axiomas do mercado: eles também obedecem à ordem de consumo, obsolescência e descartabilidade. O espaço público das praças converteu-se em campo desolado; o medo do desemprego tornou o outro o inimigo; a arte da vida pôde ser subvertida à repetição da linha de produção e da reposição das gôndolas. A mão de obra, enfim, consciente apenas de seu possível despojo, transformou-se em engrenagem fundamental da expansão da temporalidade do mercado. Como no caso do *shopping center*, nessa prisão, o clima não muda, a luminosidade é sempre a mesma e seus habitantes seguem mais mais um ritmo circadiano. Arrastando-se entre o labirinto das gôndolas, sob essa atmosfera tóxica, asfixiante, eles são os únicos produtos que estão sempre em oferta.

A rua

Nem mesmo ao ar livre, porém, é possível escapar dessa prisão na temporalidade ditadura-mercado. Ao lado da transformação dos espaços de recordação promovidos pelo neoliberalismo triunfante, há sempre os locais de preservação e celebração da empresa ditatorial vitoriosa. Refiro-me agora a locais simbólicos que conservam a memória das ditaduras, e mostram, também paradigmaticamente, o inalterável poder dos regimes no que concerne ao controle da história. Falo da normalização e banalização do excedente histórico do autoritarismo, dos recorrentes retornos da ignomínia por meio da linguagem e do poder fundador dos nomes para os tempos futuros. No artigo *Palabras en el aire*, a pesquisadora argentina Perla Sneh (2006, p. 186) lembra que, em sua infância, os mortos falavam iídish, às vezes um pouco de polonês ou russo, mas que tais línguas sempre contavam, a sua maneira, a narração do extermínio: “Se algo definia essas línguas [...] era essa rara aptidão para narrar o massacre, a crepitação insone das consoantes, o acorde litânico das vogais, o batimento inquieto — inquietante — das vozes estrangeiras”⁷. Com o tempo, lembra Sneh, a língua dos argentinos, que agora era também sua e de sua família, “aprendeu a dizer ‘campos de concentração’, ‘deportação’, ‘solução final’ por impulso próprio: as palavras que haviam contado a vida dos judeus sob o nazismo — a morte judia — narravam agora a agonia argentina sob a ditadura”⁸ (SNEH, 2006, p. 186). Uma realidade parecida a essa vive o protagonista do romance brasileiro *K: relato de uma busca* ([2011] 2014), de Bernardo Kucinski.

A exemplo de Sneh, a família de K havia se estabelecido em outro país da América do Sul, o Brasil, para fugir da perseguição nazista. Pois

7 Si algo definía esas lenguas [...] era esa rara aptitud para narrar la matanza, el crujido insomne de las consonantes, el acorde letánico de las vocales, el latido inquieto —inquietante— de las voces extranjeras.

8 aprendió a decir ‘campos de concentración’, ‘traslado’, ‘solución final’ por impulso propio: las palabras que habían contado la vida judía bajo el nazismo —la muerte judía— contaban ahora la agonia argentina bajo la dictadura.

bem, durante os ditos tempos de paz e prosperidade prometidos pelo regime cívico-militar que se instaurava no país, a preservação das tradições, principalmente o trabalho com o idioma fidish, havia levado K, segundo confessa, a não prestar a atenção na realidade a sua volta, principalmente no que estava acontecendo dentro de sua própria família. Depois do desaparecimento da filha, K., em sua busca desesperada, também começou a aprender o significado, em português, de expressões como: “caiu o ponto; material subversivo; DOPS; elemento, sumiram com eles”, entre outras tantas. No entanto, esse assombro com a nova linguagem promovida pela ditadura adquire uma nova dimensão em um dos últimos capítulos do romance. Anos depois dessa busca infrutífera, convidado a participar de uma pequena cerimônia cujo ato simbólico seria nomear pequenas ruas de um novo loteamento afastado no Rio de Janeiro, K. encontrou o nome da filha e do genro em pequenas placas marcando um nome de rua. Embora esse loteamento fosse em “um fim de mundo”, repleto de terrenos baldios e sem nenhuma infraestrutura, K verdadeiramente havia se emocionado com a homenagem. Entre tantos esquecimentos forçados ao longo dos anos, era outro modo de lembrar que eles haviam realmente existido. Ao voltar de viagem, porém, é que o protagonista finalmente se dá conta da verdadeira ordem dos nomes no presente instituído pela ditadura:

Percorreram algumas ruas com nomes que ele desconhecia. Depois, para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza. Ele sabia muito bem quem foi: jamais esqueceria esse nome. [...] Foi quem criou o DOI-CODI, para onde levaram o Herzog e o mataram. [...] Tomado pela indignação, K. agora perscrutava cada placa e escandalizou-se ao deparar com o nome Costa e Silva na Ponte Rio-Niterói. Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5. Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos

brasileiros de homenagear bandidos, torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade. [...] Ao se aproximar de São Paulo, o ônibus passou debaixo de uma ponte que trazia a placa General Milton Tavares. De novo esse criminoso. K passara muitas vezes debaixo daquela ponte, sem prestar atenção ao nome. Centenas de pessoas passam por aqui todos os dias, jovens, crianças, e podem pensar que é um herói. Devem pensar isso. Agora ele entendia por que as placas com os nomes dos desaparecidos foram postas num fim de mundo. (KUCINSKI, 2014. pp. 162-163;165)

Nomear é estabelecer poder sobre, do Livro de Gênesis às taxonomias evolucionistas; das relações parentais às renomeações acadêmicas; do apagamento de povos e culturas às marcas de produtos, e, de fato, o Brasil é um exemplo de como a ditadura estabeleceu um poder simbólico perdurável por meio da instituição de seus nomes. Milhares de cidades brasileiras têm rodovias, avenidas, escolas, pontes, edifícios públicos, conjuntos habitacionais, viadutos cujos nomes se repetem: Castello Branco, Costa e Silva, Ernesto Geisel, Emilio Garrastazu Médici, João Figueiredo etc. A naturalidade com que esses nomes vivem na memória diária da população é, como mostrado no romance de Kucinski, realmente assustadora. Argentina, Chile e Uruguai, principalmente mediante trabalhos de suas Comissões da Verdade, retiraram desses espaços homenagens à memória de responsáveis pelos anos de terror institucionalizado. No Paraguai, a cidade de Puerto Stroessner, assim que o ditador foi deposto, em 1989, teve seu nome mudado para Ciudad Del Este. Apenas o Brasil parece conservar esses monumentos à ditadura com orgulho. Talvez o exemplo mais paradigmático da homenagem à catástrofe ditatorial se encontre na rua Dr. Sérgio Fleury, na Vila Leopoldina, em São Paulo, e isso nos faz lembrar de algo. Consternado por estar sendo posto em julgamento, o general Massera na Argentina afirmou: “Aqui estamos todos protagonizando algo que é quase uma travessura histórica: os vencedores

são acusados pelos vencidos”. No Brasil, tais travessuras parecem estar extremamente longe de acontecer. Por conta de um esquecimento endêmico, parecemos incapazes até mesmo de questionar a manutenção desses espaços de recordação. O fato de que um dos mais famosos torturadores dos tempos ditatoriais receba assim tal tributo, enquanto o país mal consegue compor a lista de nomes de seus desaparecidos, não apenas é a prova cabal da vigência da memória oficial da ditadura sobre a memória dos vencidos, mas também uma falta histórica cujo sentido se dilata entre a ausência e a ofensa.

O estádio de futebol

No dia de 18 de dezembro de 2022, a Argentina sagrou-se tricampeã do mundo de futebol, no Mundial do Qatar, em um jogo antológico contra a França. Um amigo argentino, a quem considero como irmão, me disse na oportunidade: “agora finalmente temos duas estrelas”. Ele se referia obviamente à ignomínia do Mundial de 1978, realizado na Argentina sob a égide da ditadura cívico-militar mantida pela elite empresarial, latifundiária e eclesiástica desde o golpe, em 1976. Diferentemente da Copa do Qatar, ensombrecida pelas vistas grossas da FIFA às práticas de suborno e denúncias de exploração de trabalhadores, aquela copa, em particular, não foi apenas manchada pela convivência das federações diante do ambiente de caçada e extermínio humano que se vivia na Argentina na época, mas também pela descarada movida de peças da ditadura para influenciar no resultado da competição. É longa a ligação entre futebol e propaganda fascista. Valeria lembrar da Copa da Itália, de 1934, também descaradamente manipulada por Mussolini. Na final, na qual a Itália venceu a Tchecoslováquia por 2x1, os jogadores italianos chegaram a entrar em campo com as conhecidas “camisas negras”, uniforme básico das falanges fascistas italianas na época. Talvez por isso, Martin Kohan tenha escolhido os dois dias das derrotas da seleção argentina, justamente contra a Itália (10

de junho de 1978 e 30 de junho de 1982 respectivamente), como unidades temporais de seu romance *Dos veces Junio*, de 2002.

Nesse romance, construído como um mosaico alegórico da operatividade técnica da máquina de destruição, apropriação e desaparecimentos de corpos humanos posta em movimento pela ditadura, há algumas imagens que gostaria de destacar. Tento lê-las, aqui, por meio da profusão de significados da alegoria conceitualizada por Benjamin (2013b) em *Origem do drama trágico alemão* e reconfigurada, posteriormente, em suas reflexões sobre a chamada “imagem dialética” (BENJAMIN, 2006). Em certa parte do romance, enquanto espera o final do jogo de 10 de junho para encontrar o médico Mesiano e seu filho, o recruta, principal narrador intradieético, vaga pelas imediações do estádio de futebol na busca por gastar o tempo. Nesse ínterim, em meio ao silêncio e à desolação da cidade durante o jogo, observa um cachorro brincando com um objeto brilhante entre os dentes. Acerca-se, esperando ser uma moeda e alegra-se com a possibilidade de recuperá-la. Quando se agacha e recolhe enfim o objeto, contudo, descobre ser uma aliança: “um anel dourado com a letra ‘R’ talhada na parte da frente. E na borda interior, em uma letra tão pequena que mal consegui ler na fraca luz da rua, dizia: ‘Raúl y Suzana’, e um ano: ‘1973’”⁹ (KOHAN, 2008, p. 63). Essa constatação frustra o jovem soldado. Se fosse uma moeda, a guardaria no bolso contente, mas, ao deparar-se com esse objeto de ouro, o atira ao chão, o enterra e, com suas botas de soldado, revolve a terra, para que fique bem escondido aí, onde estava. Obviamente há um significado latente nessa cena exposto mediante um jogo interpretativo das convenções históricas e linguísticas construídas por meio da experiência ditatorial. Por meio dessa cena parece se desvelar a imagem latente de um sequestro e da separação violenta de duas vidas unidas recentemente. Essa intencionalidade expressiva por certo se confirma nos blocos subsequentes,

9 Un anillo dorado con la letra ‘R’ tallada en el anverso. Y en el borde interior, en una letra tan pequeña que apenas si alcance a leerla bajo la pobre luz de la calle, decía: ‘Raúl y Suzana’, y un año: ‘1973’.

nos quais uma voz, desprovida de qualquer inflexão emotiva, nos descreve, como em um manual de instruções, diferentes estratégias de perseguição: “Quando se vai na perseguição de um contrário, não é conveniente pôr-se bem atrás dele. Seu próprio corpo se converte assim em um obstáculo que nos impede de alcançá-lo”¹⁰. Nesse caso, se há força suficiente, prossegue o manual, basta: “sair da linha de corrida e ultrapassá-lo pelo lado, adiantar-se por uma boa distância e ganhar-lhe metros, e então voltar-se e oferecer-lhe um ponto de choque em posição frontal”¹¹ (KOHAN, 2008, p. 69). Na intersecção interpretativa dos blocos narrativos, podemos vislumbrar ao longe o momento no qual um dos noivos é perseguido, agarrado por um agente *vindo de frente*, seguro pelas mãos, imobilizado... desaparecido. A aliança é sua única reminiscência em meio à desolação e ao silêncio durante a grande festa do futebol.

Esse jogo do luto, contudo, não se encerra aí em sua profusão alegórica. Quando, enfim, descreve o cortejo fúnebre de torcedores na saída do estádio depois do impensável desbarato, o recruta faz algumas reflexões. O que igualava essas pessoas, segundo ele, era sua expressão de sofrimento: “Eles eram os que, como digo, haviam visto com seus próprios olhos, eles eram as testemunhas diretas”¹². Ao vê-los sair assim, tão desolados do estádio, prossegue o narrador: “pensei que estranhamente tinham, ao mesmo tempo, a aparência dos inocentes e dos que não são inocentes”¹³ (KOHAN, 2008, p. 77). “Eles eram as testemunhas diretas” de uma festa erguida sobre um mundo de perseguição, desaparecimento e morte que talvez só encontre precedentes nos massacres de indígenas e no apagamento do elemento negro da nação argentina. A derrota aqui descrita

10 Cuando se va en persecución a un contrario, no es conveniente ponerse justo detrás de él. Su propio cuerpo se convierte así en un obstáculo que dificulta la visión y nos impide darle alcance.

11 abrirse de la línea de carrera y sobrepasarlo por un costado, adelantar un buen tramo y ganarle metros, y recién entonces girar para ofrecerle un punto de choque desde una posición frontal.

12 Ellos eran los que, como digo, lo habían visto con sus propios ojos, ellos eran los testigos directos.

13 pensé que extrañamente tenían, a un mismo tiempo, la apariencia de los inocentes y la apariencia de los que no son inocentes.

definitivamente não parece ser a do futebol, e sim de uma coletividade acostumada a não ver o que estava acontecendo. Como lembra Perla Sneh (2012), o terror argentino também transformou profundamente a língua castelhana, a ponto de converter, por exemplo, o verbo “desaparecer”, intransitivo por natureza, em transitivo direto. Desaparecer, nesse caso, não depende apenas de excluir alguém do convívio com o outro, mas também da convivência desse outro em relação a tal desaparecimento. Kohan parece querer nos apontar isso na imagem lutuosa que esparge do estádio de futebol. É uma derrota coletiva, a representação do esquecimento forçado das “testemunhas diretas” da catástrofe. Nessa imagem literária do mundial de 1978 contemplamos outras proliferações alegóricas em nosso presente. Algo como a imagem-devir dos torcedores brasileiros, vestidos com a camisa da seleção, que tomaram as ruas do Brasil a remoer a derrota de 7 a 1, no mundial de 2014, por meio da celebração do golpe de 2016; da revanche da caserna na eleição de 2018, ou na paisagem ruínosa dos acampamentos patriotas em frente aos batalhões do exército em 2022.

O Hospital

Outra ruína da memória ditatorial descrita na literatura latino-americana no final da primeira década deste século, e que também nos lança uma imagem dialética sobre nosso agora, é o hospital, exemplo heterotópico dos conflitos ideológicos de hoje, que, como disse Foucault certa vez (2015, p. 428), “se desencadeiam entre piedosos descendentes do tempo e os habitantes encarniçados do espaço”. Não por acaso Diamela Eltit escolheu o hospital como outra alegoria nacional advinda da ditadura em seu romance *Impuesto a la carne*, de 2010. Nele, a autora expõe uma alegoria da nação chilena em seu bicentenário, representada por um hospital decadente no qual mãe e filha – em relação simbiótica – compartilham, por duzentos anos, uma precária e ao mesmo tempo obstinada existência.

Ao longo do texto, são recorrentes as alegorizações de vários episódios que marcam a história nacional chilena. Essas imagens, em sua força poético-simbólica, em sua sempre transitória e dialética expressividade, permitem uma leitura antifundacional do discurso da nação por meio do fragmento, das reminiscências, dos lampejos de memória, das repetições insistentes e, inclusive, dos silêncios que suscitam. O próprio título da obra atua alegoricamente como traço entre a repressão histórica do Estado hegemônico sobre as comunidades marginalizadas e o poder hospitalar ao qual estão submetidos os corpos das protagonistas. Em 1905, o governo chileno, defendendo os interesses dos latifundiários locais, decretou a cobrança de taxas de importação sobre o gado argentino. A alta de preços gerou uma série de protestos que foram duramente reprimidos pelas forças do governo. Os cálculos das mortes variam dependendo da versão histórica. Estima-se, contudo, que de 200 a 250 pessoas tenham morrido durante a repressão, entre centenas de feridos. *A huelga de la carne*, também conhecida como *Semana roja*, é, como a *Matanza de Iquique*, um episódio emblemático na fundação da história chilena. Por um lado porque expõe a situação degradante em que grande parte da população trabalhadora vivia; por outro, porque assinala a irrupção, dentro dos movimentos de trabalhadores, do pensamento político organizado, principalmente anarquista e comunista.

Se o espaço do supermercado, tratado em *Mano de obra*, havia sido o local pelo qual se descreve uma metáfora da fagocitação do sujeito público na sociedade de consumo configurada a partir da ditadura no Chile, a alegoria do hospital serve a Eltit para juntar dois elementos chave em sua narrativa: a história e o corpo. *Impuesto a la carne* trabalha, no plano alegórico, entre esses dois espaços. *A história*, alegorizada como ambiente hospitalar, espaço de poder, sórdido, decadente – por onde circulam médicos soberbos e autoritários, enfermeiros corruptos, pacientes terminais e fãs avidamente preocupados com a “saúde pública” – e o *corpo*

das protagonistas, como espaço alegórico (e político) de resistência. Sob um regime de obsessiva enfermidade vivem as duas personagens, desde seu traumático nascimento, condenadas a uma vida de males e doenças constantes, sempre submetidas ao tratamento autoritário e soberbo do corpo médico. Como na fala da mãe: “o médico primeiro ou o médico fundador (do território), como minha mãe prefere identificá-lo de modo burocrático, quis que nascêssemos (ele tinha o poder ou a graça de permitir a vida e decidir a morte)”¹⁴ (ELTIT, 2010, p. 25).

Do mesmo modo que o hospital é o território, ou a nação, ou a pátria, essas duas mulheres representam a força de uma subalternidade que opõe-se incansavelmente à aniquilação. Não por acaso essas protagonistas são duas mulheres, anciãs, baixas, párias, mestiças (e anarquistas). A complexa, tensa, simbiótica relação entre mãe e filha, sua consciência de terem apenas uma a outra, ao longo desses *¿cuántos? ¿doscientos años?*, intensifica o poder biopolítico dessa persistência. Isso porque esse sujeito, ainda que diante da irredutibilidade da linguagem, é ambivalente, pertinentemente histórico e, a sua vez, coletivo. Essa entidade plural tenta escavar entre as ruínas da palavra, tentando extrair daí algum significado para sua degradante existência. Nisso consiste não apenas seu discurso hiperbólico, mas também sua exclusiva proliferação alegórica. Uma espécie de constância que se afirma em sua própria negação: “representamos uma forma de expiação com a qual provam a fortaleza de suas vocações: a energia, disciplina e a férrea autoridade nacional que exercem sobre nós”¹⁵. Como traços residuais desse processo de obliteração que acompanha muitas das formações nacionais latino-americanas, essas personagens têm muito a contar. Afinal, como afirma a filha, são testemunhas tão longevas desse genocídio que poderiam “oficiar como as mais confiáveis historiadoras

14 El médico primero o el médico fundador (del territorio), como prefiere identificarlo de manera burocrática mi mamá, quiso que nacéramos (él tenía el poder o la gracia de permitir la vida y decidir la muerte).

15 representamos una forma de expiación con la que prueban la fortaleza de sus vocaciones: la energía, disciplina y la férrea autoridad nacional que ejercen sobre nosotras.

inorgânicas” de seu tempo (ELTIT, 2010, p. 23)¹⁶.

Esse testemunho caótico transgride a ordem temporal da linguagem fundadora, deslocando o discurso hegemônico em sua transitoriedade. É transgressor inclusive nos silêncios que encerra, porque esses espaços vazios, inenarráveis, impõem uma pausa reflexiva, incômoda, abrindo fissuras na linearidade discursiva da nação e estimulando uma contramarcha em direção ao passado. Nas frequentes discussões entre mãe e filha, encontra-se sempre esta constante: narrar, insurgir-se contra a história, ou subsistir por meio do que silencia, para gerar seu grande manual histórico do tratado da postergação: “Mas minha mãe se nega a corrigir ou ainda discutir a versão mais manipulada ou injusta ou deliberada da história. Pensa que qualquer palavra nossa vai desencadear a fúria médica”¹⁷. Entretanto, é justamente mediante essa recusa que se expõe, recorrentemente, a denúncia: “os médicos nunca poderiam aceitar a dimensão sórdida que incrementa seus interesses, suas disputas repetidas e carente de matizes”¹⁸ (ELTIT, 2010, p. 30). A obstinação da mãe em persistir se dá exatamente no ato intempestivo da filha ao tentar narrar a história. A ofensa histórica esgotou a linguagem, por isso o pedido de silêncio. Mas esse silêncio vem sempre antecedido pela palavra que acusa. Ao pedir o silêncio, a mãe obriga, na verdade, a filha a falar, é desse impulso em direção à perda, ao coração do luto onde foram perdidas as palavras, que surge a imagem alegórica. O imperativo de sobreviver é o imperativo da linguagem, ele responde a uma ofensa que só pode ser respondida por uma língua futura. Nesse movimento em direção ao silêncio hierático o passado é arrastado em direção ao presente, se desvela por meio dele como uma imagem dialética e se abre, quem sabe, a alguma possibilidade da reparação futura.

16 Somos testigos de una cantidad tan significativa de años que podríamos oficiar como las más confiables historiadoras inorgánicas de nuestro extenso tiempo.

17 Pero mi madre se niega a corregir o aun a discutir la versión más manipulada o injusta o deliberada de la historia. Piensa que cualquier palabra nuestra va a desencadenar la furia médica.

18 los médicos nunca podrían aceptar la dimensión sórdida que incrementa sus intereses, sus pugnas repetidas y carentes de matices.

Tentando fazer o mesmo movimento de retroflexão exposto na leitura das demais narrativas, o que essa alusão a *Impuesto a la carne* teria, afinal, a mostrar sobre nosso presente imediato? Talvez, fundamentalmente, como perspectiva para entender algo sobre “a dimensão sórdida que incrementa os interesses” de uma classe política, filha legítima da ditadura; uma classe que converteu “uma nação, ou uma pátria, ou um território” em um imenso hospital, ruinoso, decadente, no qual foram se perdendo milhares e milhares de vidas. Em sua introdução à obra *Bios: biopolítica e filosofia* (2017), Roberto Esposito refere-se a alguns paradoxos biopolíticos ocorridos em diferentes locais do planeta, entre os anos 2000 e 2004, que, segundo ele, escapariam a uma interpretação mais tradicional da biopolítica, pelo menos de sua gênese grega à versão recuperada por Foucault nos anos setenta. Entre esses paradoxos, o autor cita, por exemplo, o emblemático caso dos aviões estadunidenses durante a guerra do Afeganistão. Ao mesmo tempo em que descarregavam bombas de alta destruição, esses aviões lançavam víveres e medicamentos para a população desolada desses territórios. O paradoxo mais agudo desse “bombardeio humanitário”, destaca ele: “está antes na sobreposição, nele manifesta, entre defesa declarada da vida e produção efetiva de morte” (ESPOSITO, 2017, p. 8). Os acontecimentos políticos que se seguiram no Brasil entre a chegada e a explosão da pandemia da COVID 19 poderiam muito bem se enquadrar nesses paradoxos biopolíticos aos quais se refere o autor. Mediante um golpe parlamentar escrachado, fortalecidos por uma grotesca farsa político-judiciária, mentiras produzidas em escala industrial e graúdas descargas financeiras do patronato ultramontano, herdeiros diretos da última ditadura cívico-militar brasileira chegaram finalmente ao poder. O velho verde-amarelismo fascista que, desde o fim da ditadura, tinha se escondido no armário um tanto envergonhado, saiu definitivamente dele a partir das manifestações de 2013 e, agora, sob nova imagem de cidadão de bem, com fetiche por armas de fogo e ares de salvacionismo religioso,

encarnou o espectro da última ditadura, empreendendo – para usar seu verbo preferido – o projeto de contrarreforma do neoliberalismo.

No meio de seu caminho, contudo, apareceu a pandemia, um flagelo que dizimaria milhões de vidas no mundo todo. Diante desse quadro assustador, o poder político vigente, preocupado em conservar o rendimento dos padrões, empurrou as vidas nuas ao terror atmosférico. Para isso se munuiu novamente de seu arsenal de mentiras. Como já estava acontecendo nos Estados Unidos, o outro lado do espelho desse show esperpêntico, em meio à obstinação antivacinal e um negacionismo científico ironicamente difundido no espaço cibernético, apareceu finalmente o kit-covid (hidroxicloroquina, remédios para vermes e até supositórios de ozônio). Esse seria o sucessor direto da hedionda mentira por trás do famoso kit-gay que, a sua vez, já havia ajudado a ganhar uma eleição. Parte da guerra política necroliberal, esse se tornou o sucedâneo individual contra a ideia da imunização coletiva representada pela vacina. Enquanto isso, era importante lutar contra a ideia do “fique em casa”, lançando campanhas cínicas como o “luto pelo emprego”, o “deixe-me trabalhar” e o escambau. Assim, se podia atirar o sujeito à roleta russa do contágio. A ideia, que se desvelou por meio das investigações da recente Comissão Parlamentar de Inquérito¹⁹, era criar, entre os trabalhadores e trabalhadoras, a dita imunidade de rebanho, não importando o número de mortes que seriam disseminadas. O resultado dessa necropolítica: quase 700 mil mortos, uma das maiores taxas proporcionais de mortes do mundo entre a população. Uma ruína nacional expressa a partir do caos de hospitais e cemitérios.

Daí o vínculo inevitável com os paradoxos da biopolítica levantados por Esposito, isto é, a promoção sistemática da morte de alguns para

19 O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021), com mais de 1200 páginas, está disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 30 jul. 2022.

preservar a vida, ou, melhor dizendo, o estilo de vida de outros. Para dar mais corpo a esse argumento, já em ponto de finalizar este texto, recorro brevemente ao paradigma da “imunidade”, algo cuja chave interpretativa, segundo o autor, parece escapar à leitura de Foucault (ESPOSITO, 2017, p. 59) e pode contribuir de forma original ao conceito de biopolítica. Esposito começa seu argumento observando que a categoria “imunidade” estabelece um ponto de intersecção entre duas linhas tangentes, unindo assim a esfera da vida e do direito:

Se, com efeito, no âmbito biomédico ela se refere a uma condição de refrangibilidade, natural ou induzida, na relação de determinada doença com um organismo vivo, em linguagem jurídico-política alude a uma isenção, temporária ou definitiva, de um sujeito em relação a certos deveres ou responsabilidades, aos quais os outros estão geralmente vinculados. [...] Mas há na noção de imunização algo a mais, diverso, que determina suas características também a respeito da noção foucaultiana de biopolítica (ESPOSITO, 2017, p. 59).

Para o autor, o paradigma da imunização consiste justamente no fato de que *bíos* e *nómos*, vida e política, antes de sobrepostos ou justapostos em alguma relação de domínio um com o outro, fazem parte inseparável “de um conjunto que adquire sentido somente a partir da relação entre eles”. A imunidade é, assim, segundo o autor, “não só a relação que conecta a vida ao poder, mas o poder de conservação da vida” (ESPOSITO, 2017, p. 60)²⁰. Reconduzida à sua raiz etimológica, lembra o autor, “a *immunitas* se revela a forma negativa ou privativa da *communitas*: se a *communitas* é a relação que, vinculando seus membros ao compromisso de doação recíproca, põe

20 Esposito já havia elaborado uma discussão sobre a simetria contrastante entre o conceito de imunidade e comunidade em duas obras anteriores, mas a última delas foi publicada apenas recentemente no Brasil. Cf. ESPOSITO, Roberto. *Communitas*: origem e destino da comunidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022 e ESPOSITO, Roberto. *Immunitas*: proteção e negação da vida. Belo horizonte: Editora UFMG, 2023.

em perigo sua identidade individual, a *immunitas* é a condição de dispensa dessa obrigação” (ESPOSITO, 2017, p. 65) grifos do autor. Por conta disso, argumenta, esse indivíduo, que se considera na condição de imune, se sente também em uma perspectiva de defesa diante dos efeitos desapropriadores da imunização. No Brasil, pessoas com “imunidade” parlamentar, por exemplo, sentiram-se no direito de contestar as autoridades científicas mundiais, andar sem máscara, tirar sarro de quem a usava ou inclusive tirá-la do rosto de uma criança em algum espetáculo de seu negacionismo. A ideia de ter uma imunidade nata fez com que parte da classe política e economicamente abastada passasse a incentivar métodos de prevenção particulares e desestimular as medidas de prevenção para manter a máquina e os lucros. O sangue dos mais pobres seria justamente o que lhes tornaria imunes, como no romance de Eltit, quando o sangue das protagonistas é contrabandeado pelos enfermeiros por conta de sua capacidade genética de resistir às adversidades.

Os paralelos com a literatura, infelizmente, não terminam por aí. No Brasil necroliberal, o poder instituído não precisava de um especialista para comandar a saúde da “nação, ou do território, ou da pátria” em tempos pandêmicos. Aqui, uma leitura alegórica de *Impuesto a la carne* permite mais um instante de cognoscibilidade, como aqueles aos quais se referia Walter Benjamin em suas *Passagens* (2006, p. 504): um momento por meio do qual o passado “encontra o agora num lampejo, formando uma constelação”. Recorrendo à homonímia em espanhol “general” (geral/genérico – posto hierárquico no exército) a mãe, parte dessa ambivalente entidade narrativa, reclama em certo momento: “não há nenhum especialista, somente um médico geral, entusiasmado com seu cargo, mas assimétrico, como todos os médicos gerais. Um **general**. Incompetente. Sanguinário” (ELTIT, 2010, p. 91, grifo nosso)²¹. No momento de sua leitura, ou das leituras que ela

21 no hay ningún especialista, solo un médico general, entusiasmado con su cargo pero asimétrico como todos los médicos generales. Un general. Incompetente. Sanguinario.

fomenta, essa imagem literária que alegoriza o passado ditatorial chileno se choca com a imagem de um certo general incompetente na memória recente de muitos brasileiros. O lampejo criado a partir desse contato ofusca nossos olhos, turba nossos sentidos. Quantos outros formam essa nova constelação de significados? Presos na noite ditatorial fundada pelas ditaduras, continuamos esperando, atentos a esses fochos de luz que nos lembram da ofensa, é certo, mas também nos indicam, em meio a escuridão, outros possíveis caminhos.

Referências

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BENJAMIM, Walter. *Passagens*. Ed. alemã de Rolf Tiedemann. Org. da edição brasileira Willi Bolle. Colab. na organização da edição brasileira de Olgária Chain Feres Matos. Trad. do alemão de Irene Aron. Trad. do francês de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo horizonte: Editora UFMG, 2006.

BENJAMIM, Walter. *O capitalismo como religião*. Michael Löwy Org. Trad. de Nélio Schneider, Renato Ribeiro Pompeu. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.

BENJAMIM, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Ed. e trad. de João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013b.

ELTIT, Diamela. *Impuesto a la carne*. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2010.

ELTIT, Diamela. *Mano de Obra*. Santiago: Editorial Planeta Chilena, 2011.

ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Trad. de Wander Melo

Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Trad. de Inês Aufran Dourado Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

GALEANO, Eduardo, *El libro de los abrazos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Coord. Tadeu Capistrano. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de arte do Rio, 2014.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. de Maria Elisa Cevalco, 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

KOHAN, Martín. *Dos veces junio*. 4. ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2008.

KUCINSKI, Bernardo. *K – Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

PERETI, Emerson. *As ruínas e o condor: breves escritos sobre alegoria, memória e ausência*. 2015. 209 f. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Literários) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40488>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PIZARNIK, Alejandra. *Los trabajos y las noches*. Buenos Aires: Sudamericana, 1965.

SNEH, Perla. Palabras en el aire. *Acta Poetica*. Ciudad de México, v. 27, p. 183-193, oct./nov. 2006. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-30822006000200010&script=sci_abstract. Acesso em: 10 nov. 2022.

SNEH, Perla. *Palabras para decirlo: lenguaje y exterminio*. Buenos Aires: Paradiso, 2012.

Between Neoliberalism's Reform and Counter-reform: Literature and the ruinous spaces of dictatorial memory

Abstract: Based on theoretical and critical contributions about allegory, heterotopia, memory and language, this article establishes some relations between the literary representation of five special places that reflect, in turn, a conceptual relationship with events experienced in the last two decades in countries of the American Southern Cone. Through the reading of some literary scenes focused on these spaces, an expedient is sought to promote other possibilities of reading certain mnemonic and political manifestations of the dictatorial past-present circumscribed between the reform of neoliberalism in the first half of the twentieth century and the emergence of counter-reformist reactionary forces in the following decade.

Keywords: Literature. Space. Memory. Dictatorial ruins.